

Apesar de manobras, Senado já autorizou 2 bi a Prefeituras

Quase dois bilhões de dólares. foi o total dos empréstimos externos autorizados pelo Senado Federal às diversas prefeituras e governos de estados, de janeiro de 1979 a 31 de agosto último, segundo assegurou da tribuna, sexta-feira, o senador Mauro Benevides, do PMDB cearense, ao afirmar que esta quantia evidencia "a liberalidade com que, sob esse aspecto, vem atuando essa Casa Legislativa".

Segundo Benevides, este total tem por base um levantamento feito pelo presidente da Comissão de Finanças do Senado, senador Cunha Lima (PMDB-PB). Impressionado com os números, o senador Mauro Benevides apelou aos parlamentares para que adotem um novo comportamento, mais restritivo e severo, quando for chamado a deliberar sobre as autorizações para a obtenção de empréstimos externos. Argumentou o senador que, geralmente, os empréstimos tomados por uma administração, transfere às futuras o ônus do pagamento da dívida, acrescida, "obviamente, dos juros e comissões".

Por outro lado, o senador apelou ao Poder Executivo para que faça exigências mais drásticas aos estados e municípios antes de encaminhar as solicitações de empréstimos para o Senado, sob pena de prosseguir.



Benevides: dados na mão

no entender de Benevides, em ritmo crescente, o índice de endividamento externo.

OS ESTADOS

Dentre a lista apresentadas pelo senador Mauro Benevides, destacam-se os seguintes estados e municípios: governo do estado de São Paulo (US\$ 151 milhões e 250 mil); prefeitura municipal de São Paulo (US\$ 170 milhões; governo do estado de Minas Gerais (US\$ 23 milhões); governo do estado do Rio de Janeiro (US\$ 410 milhões); governo do estado da Bahia (US\$ 153 milhões); governo do estado do Paraná (US\$ 161 milhões); e o governo do estado do Pernambuco (US\$ 90 milhões).

OBSTRUÇÃO

Sob o argumento de que está havendo um excesso abusivo de pedidos de empréstimos a organismos internacionais por parte de governos estaduais e prefeituras, o senador Dirceu Cardoso (sem partido - ES), obstruiu 11 desses pedidos ao pedir vista de projetos que nesse sentido tinham sido aprovados pela Comissão de Finanças e estavam em via de serem apreciados pela Comissão de Constituição e Justiça para ser enviados ao plenário do Senado.

Os protestos dos senadores opositores contra o grande número de pedidos de empréstimos pelos governadores e prefeitos junto a organismos estrangeiros têm sido frequentes no Senado, onde constitucionalmente esses pedidos têm que ser aprovados para a consecução da medida.

Nesse sentido, o de ser exercido maior fiscalização a esses pedidos e, inclusive, exigir - se prestação de contas do dinheiro estrangeiro, conseguido com o aval do governo brasileiro, o senador Itamar Franco (PMDB-MG), reclamou informações, no começo da atual legislatura, sobre empréstimos contraídos pelos governadores mineiros, de 1971 até 79, no montante de cerca de meio bilhão de dólares.

Dirceu Cardoso, justificando sua decisão, disse que a obstrução iniciada agora no âmbito das comissões técnicas do Senado vai prosseguir até ao plenário. Neste, ele disse que vai se pronunciar contra o endividamento dos governos estaduais e prefeituras aos organismos internacionais.